O trabalho nos campos de sisal do município de Valente-Bahia nas décadas de 1970 e 1980

The work on the fields of the sisal of the small city of Valente-Bahia in the 1970s and 1980s

Cassiano Ferreira Nascimento[1]

Resumo:
A exploração comercial do sisal na Bahia, desde que foi iniciada em fins da década de 1930, ocorreu às margens da legislação trabalhista vigente. A introdução de uma nova máquina no primeiro beneficiamento da planta, em meados da década de 1950, ocasionou a reestruturação da organização do trabalho, mantendo essa atividade reduzida aos campos de sisal. Por meio da análise de entrevistas com trabalhadores rurais e das parcas fontes escritas encontradas, o presente artigo analisa a prática do trabalho nos campos de sisal do município de Valente, nas décadas de 1970 e 1980, focalizando as relações de trabalho, sua estrutura e os riscos dessa atividade, como a mutilação de dedos, mãos e braços, que até a primeira metade dos anos 1980 vitimou pelo menos mil e duzentos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho. Sisal. Valente-Bahia.

Abstract:
The commercial extraction of the sisal in Bahia, since its beginning at the end of 1930, did not happen in accordance with the labour law at the time. The introduction of a new machine in the first improvement of the plantation, in the middle of the decade of 1950, resulted in the restructuration of the organization of work, maintaining this activity reduced to the field of sisal. Based on the testimony of rural workers and the a few number of written sources found, in this article examines on the practice of work in fields of sisal of the small city of Valente, in the 1970s and 1980s, focusing on work relations, their structure and the risks of this activity, as the mutilation of fingers, hands and arms, that had until the first half of the decade of 1980 maltreated at least one thousand two hundred workers.

Keywords: Work. Sisal. Valente-Bahia.

[1] Mestre em História Regional e Local pela UNEB (2014). Técnico em Assuntos Educacionais - IF Baiano - Campus Uruçuca. Email: cassianof.nascimento@gmail.com

Introdução

A exploração da lavoura do sisal no Brasil, onde quer que tenha ocorrido, teve como traço marcante o desrespeito à legislação trabalhista vigente, em especial, na fase de colheita, onde havia o maior número de trabalhadores empregados, sem carteira assinada e com baixa remuneração. Oriundo do México, o sisal, planta pertencente à família das semixerófilas, foi trazido para o Brasil no início do século passado. Seu plantio foi experimentado em diversas regiões do país, porém, suas características naturais, como a exigência de calor e sol intensos para reproduzir-se, além da grande resistência a períodos de estiagem, culminaram numa boa adaptação apenas em territórios cujo clima atendesse a tais condições, a exemplo do semiárido (MARQUES, 1978). Em parte, isso ajuda a compreender o bom desenvolvimento alcançado em estados como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e, em particular, na Bahia, que desde a década de 1960 lidera a produção no país.

Além das características naturais, o fortalecimento dessa lavoura nos estados citados também contou com fatores de ordem política e econômica. É que em fins da década de 1930 ocorreu uma reestruturação da economia agrícola nordestina, de modo que os governantes lançaram mão de tentativas para implementar culturas de exportação, visando fixar a população e gerar divisas (NUNES, 2006). Devido à ampla absorção da fibra no mercado externo, particularmente, com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, a lavoura do sisal recebeu grande incentivo governamental[2].

No caso específico do estado da Bahia, durante o governo Landulfo Alves (1938-1942), foram implantados campos de produção e distribuição de mudas de sisal nas cidades de Feira de Santana e Nova Soure. Esse incentivo governamental, aliado à fácil adaptação da planta num vasto território situado a nordeste do estado, fez emergir a chamada região sisaleira da Bahia. Nesse sentido, esse espaço teve seu aparecimento condicionado por uma vontade de poder institucional, uma estratégia administrativa do Estado.

Nessa região, o sisal consubstanciou-se como uma das principais atividades econômicas, gerando significados diversos em sua população. No município de Valente, situado a 240 km de Salvador, devido aos resultados satisfatórios atingidos por essa lavoura, passou a ser projetada entre os munícipes a representação de uma “capital do

[2] A fibra é o produto com maior valor comercial extraído do sisal e corresponde a apenas 5% da planta.

sisal"[3]. Desse modo, essa planta, vinda do exterior como assinalamos, foi integrada ao lugar, e as práticas e discursos passaram a forjar a ideia de que Valente, assim como toda a região sisaleira, era dotada de uma vocação natural para o desenvolvimento daquela lavoura (FREIXO, 2010).

Por outro lado, tal discurso de naturalização do sisal para esse território, além de ter assegurado sua proeminência, também silenciou – como todo discurso o faz – outras vozes e sentidos que poderiam ser atribuídos a essa lavoura. Afinal, conforme apontou Edinúsia Moreira Carneiro Santos (2010: 5):

> A região se estruturou baseada, exclusivamente, na gestação de uma infraestrutura voltada para produzir sisal destinado à exportação. Esse aspecto, ao mesmo tempo em que produziu a riqueza de uma pequena elite, produziu também a pauperização do trabalhador e a vulnerabilidade regional aos condicionantes do mercado extra regional. Essa forma de estruturação favoreceu a gestação da fase de apogeu da cultura, na década de 70, a ponto de a planta ficar conhecida como o *ouro verde do sertão* [grifo do autor].

O contraste entre a produção de riqueza gerada pela exploração do sisal, de um lado, e o empobrecimento do trabalhador rural, de outro, revela a má distribuição de renda, além de ser um indício das desiguais relações de poder existentes no campo. Produzida geralmente em pequenas propriedades, a fibra do sisal costumava ser comprada pelos chamados atravessadores, como grandes proprietários rurais e donos de batedeiras[4]. Esses sujeitos intermediavam a comercialização com as empresas exportadoras situadas em Salvador, já que o principal destino era o mercado externo, e dispunham de capital suficiente até para financiar a fase da colheita daqueles produtores que sequer tinham condições de fazê-la e, com isso, asseguravam exclusividade na compra da fibra por um preço ainda mais baixo, livre das variações de preço comuns nesse setor. Além disso, tal prática certamente contribuía para a manutenção da influência dos atravessadores no campo e até do ganho de prestígio político[5].

[3] No Censo Agrícola de 1960, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Valente foi apontado como o maior produtor nacional de sisal, seguidos por Conceição do Coité e Santaluz, municípios circunvizinhos.

[4] A batedeira consistia num estabelecimento onde a fibra recém extraída era pesada, selecionada, limpa e enfardada. Geralmente, situava-se na zona urbana dos municípios produtores de sisal, dando início à outra fase no ciclo produtivo. Esse processo de "batimento" tinha fundamental importância pois, somente após ele, a matéria prima estava pronta para ser processada nas indústrias nacionais ou destinada para exportação.

[5] Foi notória na região do sisal a atuação de grandes comerciantes de sisal como chefes políticos locais, a exemplo de Florisvaldo Carneiro da Cunha (vereador (1962-1972), prefeito (1973-1977) de Valente, deputado estadual (1983-1987) e ainda suplente de deputado estadual (1987-1991)),

Esse cenário só veio a sofrer mudanças significativas a partir do ano de 1984, quando os pequenos produtores de sisal de Valente, organizados numa associação, fundaram uma batedeira comunitária. A estratégia dos pequenos produtores consistia em comprar a fibra por um valor maior que o praticado pelos atravessadores, vendendo-a diretamente aos exportadores, forçando a elevação do preço do produto. Entretanto, apesar dessa tentativa de mudança nas relações de poder que permeavam a cadeia produtiva da planta, no que se refere propriamente ao trabalho nos campos de sisal, praticamente não houve alteração.

Feitas essas considerações, apontamos, no presente artigo, a prática do trabalho nos campos de sisal no município de Valente, nas décadas de 1970 e 1980, com foco nas relações estabelecidas, sua organização e os riscos inerentes a essa atividade, como a mutilação a que os trabalhadores estavam expostos, que até a primeira metade dos anos1980 vitimou pelo menos mil e duzentos destes, segundo estimativas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (FETAG-BA).

O trabalho nos campos de sisal

No município de Valente, a exploração do sisal prevaleceu por muitos anos como a principal atividade econômica. Por conta disso, ao indagar os trabalhadores rurais sobre suas histórias de vida, o trabalho nos campos de sisal aparece como um dos elementos centrais na construção de suas narrativas, como nos relatou Erenita Oliveira:

> Não tinha outra opção. Naquela época era o sisal mesmo, era o que mais dava renda na região era o sisal. O sisal e a mandioca, milho, feijão, era só isso que tinha antes. Não tinha fábrica naquela época, não tinha nada né? Quem quisesse trabalhar tinha que sair pra fora, grandes cidades, aqui não tinha opção aqui na região[6].

A história de vida de Erenita Oliveira, sessenta e três anos, é intimamente ligada ao trabalho do campo, de tal forma que até os dias de hoje ainda reside na zona rural de Valente, o que para ela é motivo de alegria, especialmente ao falar dos “bons invernos” que ainda lhe permitem comer do que planta em sua propriedade. Ao referir-se à sua juventude, ela centraliza a ausência de alternativas para os trabalhadores rurais assegurarem a sobrevivência, restando-lhes dedicar-se às lavouras de subsistência e ao sisal. Excetuando-

Evandro Mota Araújo (sem mandato eletivo) e Hamilton Rios de Araújo, na vizinha cidade de Conceição do Coité (eleito, alternadamente, três vezes prefeito desta cidade).

[6] Entrevista realizada com Erenita Leonícia de Oliveira, em Valente, Bahia, em 2013, por Cassiano F. Nascimento.

se isso, os interessados em "trabalhar" – notem a degradação da atividade rural – tinham de migrar para "grandes cidades", pois não tinha "fábrica naquela época, não tinha nada".

Arnaldo Carneiro, cinquenta e cinco anos, trabalhou nos campos de sisal desde a infância até completar a idade adulta, momento em que se aproximou dos movimentos sindicais. Na entrevista que nos cedeu, contou o seguinte:

> A minha vida desde pequeno foi trabalhar no motor de sisal né? Desde a idade de dez anos meus pais trabalhavam no motor de sisal, criou a família de sete filhos trabalhando no motor de sisal e os filhos também foi seguindo essa origem de nossos pais, de família pobre trabalhando no motor de sisal. Depois que cresceu todo mundo que pegou família também foi que saiu cada um pra seu destino, mas o sisal sempre foi referência de nossa família e de todas as famílias que convivia na zona rural. Apesar de ser um trabalho difícil, que a gente pequeno, mas um trabalho pesado, mas a gente tinha que trabalhar porque era o único trabalho que tinha nessa época e não tinha nenhum recurso do governo como tem hoje[7].

O entrevistado relembra que a lavoura do sisal garantia renda para sua família e para todos que viviam na zona rural daquela região. Assinala, ainda, que não foi preciso atingir a idade adulta para começar nessa lida: desde a infância teve de acompanhar seus pais, afinal eram pobres e, àquela altura, não se tinha outra forma de subsistir. Numa expressa alusão ao presente, onde, segundo ele, o governo dispõe de mais recursos e desenvolve programas sociais, reforça a marca em sua memória das dificuldades daquele trabalho pesado, embora fundamental, tendo em vista que não havia opções que pudessem ser equiparadas em termos de rentabilidade.

Percorrendo as gerações, o trabalho nos campos de sisal era seguidamente reinventado como referência para a sobrevivência familiar. Aliado ao predomínio de trabalhadores rurais em meio à população total do município de Valente, o discurso sobre a importância dessa lavoura prevalecia em detrimento de outros significados, resguardando seu lugar de proeminência[8].

Esses trabalhadores, em sua maioria, dedicavam-se ao primeiro beneficiamento do sisal, que ocorria na fase rural do seu ciclo produtivo, no qual as folhas da planta eram cortadas, transportadas até uma máquina onde se extraía sua fibra e colocavam-na em varais para secar. Esse processo ocorria nos próprios campos de sisal, tendo como elemento central uma máquina utilizada para desfibrar as folhas, conhecida genericamente

[7] Entrevista realizada com Arnaldo Carneiro em Retirolândia, Bahia, em 2013, por Cassiano F. Nascimento.

[8] De acordo com os Censos Demográficos do IBGE, entre as décadas de 1960 e inícios de 1980 havia no município de Valente, em média, três habitantes na zona rural para cada morador da zona urbana.

como “motor” ou “paraibana”, em alusão ao estado da Paraíba, no qual a tecnologia foi adaptada para o referido procedimento.

O uso da paraibana no estado da Bahia data, possivelmente, da segunda metade de 1950, e causou uma reestruturação na organização do trabalho, pois exigia a divisão de tarefas[9]. O proprietário do motor contratava a mão de obra necessária – muitas vezes familiar –, que deveria ter um mínimo de cinco trabalhadores: um cortador, um botador, um cevador, um resideiro e uma estendedeira.

O cortador tinha que adentrar os campos de sisal, cortar as folhas e empilhá-las nos corredores do campo. O botador recolhia as palhas cortadas, enfeixava-as e as conduzia num jumento até o motor. O cevador era o responsável pelo momento principal do desfibramento e, por isso, necessitava de mais cuidados técnicos que os demais, pois era incumbido de alimentar a paraibana com as folhas e extrair a fibra. O resideiro possuía múltiplas funções: fornecia as folhas transportadas para o cevador, retirava os resíduos acumulados abaixo da “boca” do motor, além de ficar responsável pela pesagem da fibra verde e fazer as anotações relativas à produção. A estendedeira recolhia a fibra verde e estendia em varais que geralmente ficavam situados nas proximidades da sede da fazenda.

Apesar de cada trabalhador ter sua função específica, conforme detalhamos, havia dependência de todo o grupo, pois o pagamento era realizado unicamente por produção[10]. O cevador era a figura central, pois a sua capacidade e agilidade em desfibrar determinavam a dinâmica dos outros trabalhadores. Entretanto, à medida que o cevador fosse ágil, carecia igualmente da rapidez dos demais em fornecer folhas, retirar resíduos e estender a fibra. A remuneração, desse modo, ainda que fosse repassada individualmente para cada trabalhador, tinha um caráter coletivo, visto que em último caso dependia diretamente do desempenho do grupo.

Essa peculiaridade da remuneração no desfibramento cumpria um papel fundamental: o controle do tempo. Tendo em vista que não havia jornadas fixas, o que a princípio indicaria certa liberdade dos trabalhadores, a rigor, o pagamento por produção supria essa ausência de regulação do horário de trabalho, estabelecendo um mecanismo sutil e ainda mais eficaz para geri-lo. Não era preciso, portanto, que o dono do motor

[9] No estado da Paraíba essas máquinas foram introduzidas em meados da década de 1950 (NUNES, 2006). Acreditamos que não demorou muito tempo para serem adotadas pelos produtores baianos, pois elas são citadas no livro do memorialista local José Ramos Filho publicado em 1965 como “ambulante as centenas” nos municípios da região sisaleira. Ver: RAMOS FILHO, José. Sisal. *Sua história entre nós*. Valente/Bahia. 1965.

[10] O cevador era o único dos trabalhadores do motor com chances reais de alcançar um salário mínimo, a depender da produção. Os demais recebiam, em média, meio salário mínimo, ou até um terço, como no caso das estendedeiras.

observasse se cada trabalhador fazia bom uso do tempo, pois como dependiam de si reciprocamente, eles tinham que se vigiar. Nesse sentido, o mecanismo de controle do tempo consistia num exercício do poder disciplinar, pois submetia os indivíduos a uma vigilância mútua durante a atividade que realizavam.

Historicamente, o desfibramento do sisal ocorreu na total ausência de formalidade nos contratos de trabalho: o dono do motor contratava os trabalhadores de forma verbal e assim estabelecia todos os detalhes, como o pagamento que, de modo geral, era feito aos finais de semana, levando-se em consideração apenas a soma da produção diária do sisal verde. Dessa forma, para efeito de remuneração, a contabilidade das horas trabalhadas, que variava de acordo com a quantidade definida como uma espécie de meta. Desse modo, um dia de trabalho no motor poderia variar de oito até dez horas – em alguns casos chegava até doze – com um breve intervalo para o almoço, que era feito no próprio campo de sisal:

> O horário de trabalho normal é oito horas de serviço por dia, mas a gente trabalhava até doze horas por dia. Não tinha horário, a gente tinha que levantar cedo. Se fosse contar da hora que a gente saia de casa, pra hora que a gente chegava, dava doze, quatorze horas de trabalho durante o dia, porque a gente pegava muito cedo no trabalho e não tinha hora de parar né? Às vezes parava meio dia, mas só pra comer ali um feijãozinho que tava lá no fogo, no pé do motor mesmo. Não era uma comida boa, mas a fome era quem fazia a comida ficar boa. E a gente terminava de engolir a comida já ia começar o trabalho novamente aí até escurecer a gente tava trabalhando. E às vezes quando era pra trabalhar no resíduo ia até sete, oito horas da noite, não tinha horário pra parar, tinha que produzir porque quanto mais produzisse mais ganhava. Então, o interesse do trabalhador era produzir mais pra ganhar mais, porque se trabalhasse somente oito horas por dia, a produção era pouca e o dinheiro no final de semana não dava pra contemplar a feira[11].

O relato de Arnaldo, que por muito tempo foi resideiro, revela quão extensas eram as jornadas diárias e, embora os próprios trabalhadores tivessem consciência de que um dia de trabalho normal deveria ser de oito horas, preferiam ultrapassar essa carga horária, visando receber mais dinheiro no final de semana; ou melhor: conseguir o suficiente para fazer a feira semanal, demonstrando a baixa remuneração que recebiam. Nesse sentido, uma das características notáveis desse trabalho, ressignificada pelo entrevistado, é o da imprevisibilidade das horas trabalhadas: “tinha que levantar cedo”, mas “não tinha horário pra parar”.

Além disso, o relato revela as peculiaridades enfrentadas diariamente pelos trabalhadores de motor, a submissão ao poder disciplinar, interiorizado em cada um deles:

[11] Entrevista realizada com Arnaldo Carneiro. Ver nota 6.

"o interesse do trabalhador era produzir pra ganhar mais". Visando esse fim, renunciavam inclusive a uma boa refeição e horário de almoço, comendo um "feijãozinho" que cozinhavam ali mesmo no "pé" do motor; a fome encarregava-se de dar-lhe o sabor; o importante era que se alimentassem no local de trabalho, para que retomassem a atividade assim que "engolissem a comida", evitando atrasos.

A escolha das funções, pelo que apontam os relatos, seguia primeiramente critérios por grau de dificuldade, visto que crianças e mulheres geralmente ficavam com aquelas consideradas mais leves e menos arriscadas, como estender fibra ou botar palha. Um segundo critério era a avaliação feita por cada trabalhador no desempenho das funções, optando por aquela em que verificasse a melhor produtividade:

> [...] A gente [ficava] com o serviço que a gente se identificava mais, que a gente via que a gente produzia mais né? Cevar, eu comecei, mas não produzi muito então eu deixei. Cortar palha era outro serviço também que era um pouco arriscado, que trabalhava com a faca, também eu não produzia muito. O serviço que eu mais produzia era botar palha ou residar, então foi os dois que eu trabalhei mais no motor, foi esses dois[12].

Arnaldo relembra que tentou exercer a função de cevador, a qual estava no topo da divisão do trabalho no desfibramento, uma atividade considerada muito arriscada que necessitava de maior agilidade, capacidade operacional e resistência física. Segundo ele, o que teria determinado sua opção por ser resideiro e também botador foi a capacidade produtiva. Todavia, o relato aponta que essa escolha não se restringia apenas a isso, englobava outra questão: a preservação de sua integridade física, visto que não foi cortador por ser “um pouco arriscado”.

Observando critérios variados, mas tendo a produtividade como fator central, os trabalhadores de motor enquadravam-se na função que julgavam mais conveniente. De qualquer modo, o relato de Arnaldo revela que não havia qualquer preparação específica para desempenhar nenhuma das funções, os sujeitos exerciam-nas por conta própria, aprendendo e aprimorando-as no dia a dia do trabalho, sem haver capacitação para aquele ofício.

Esse aspecto também é apontado por João Araújo, trabalhador acidentado no motor de sisal que, aos setenta e dois anos, contou-nos sobre a sua “escolha”:

> Eu escolhi porque o serviço dava pra eu ganhar mais, um serviço disponivelmente livre, significando, eu tinha minha liberdade, tá entendendo? E aí eu acostumei naquela produção, ganhava por produção

[12] Entrevista realizada com Arnaldo Carneiro. Ver nota 6.

> pra fazer um quarto de máquina. Eu só ia trabalhar nos outros dias, o outro pegava no meu lugar ia produzir também. Aí daí agora quando era no fim da semana eu achava que quem trabalhava na roça não ganhava nem a metade do que eu ganhava e por isso eu acostumei trabalhar no motor de sisal [...][13].

Por cerca de sete anos, João Araújo trabalhou no motor de sisal impondo o ritmo da produção: era cevador. Habituado aos chamados "trabalhos de roça" – como fazer cercas, preparar a terra para o plantio etc. – onde muitos trabalhadores vendiam diárias para os grandes e médios proprietários, João encontrou no motor uma oportunidade de conseguir um salário melhor. Relembrando esse período, expressa que preferiu cevar porque ganhava mais, conseguia ter boa produção e, além disso, tinha sua liberdade.

Essa sensação de liberdade centralizada no relato, certamente, está ligada à forma de pagamento dos salários, pois como era levada em consideração apenas a produção, inexistindo um horário fixo para cumprir, ele próprio ditava sua jornada semanal. A criação desse sentimento se sucedia em decorrência da comparação que esses trabalhadores estabeleciam com o roçado, pois neste serviço a figura do patrão se fazia presente, obrigando-os a cumprir os rigores do horário (NUNES, 2006). Já no motor, significava "que o cara é patrão de si próprio"[14]. Entretanto, essa sensação de liberdade escamoteava o controle sobre os corpos, afinal de contas, o ganho por produção era uma forma de sujeitá-lo ao trabalho, de levá-lo a atingir a finalidade daquele que o contratava (NUNES, 2006).

Os acidentes do trabalho

Trabalhar no motor de sisal implicava o enfrentamento diário de larga ausência de condições de segurança em quaisquer das funções exercidas. Os trabalhadores poderiam ser acometidos por alergias (no contato com a fibra), bacterioses (em decorrência do ácido oxálico expelido pelas folhas), perda da audição (por conta do ruído incessante do motor) e até mesmo da visão (caso qualquer dos olhos fosse perfurado por espinhos). Entretanto, o mais grave dos acidentes, o qual marcou de forma trágica o trabalho nos campos de sisal, consistia na mutilação a que estava exposto, particularmente, o cevador, durante a alimentação da paraibana.

A "boca" de alimentação dessa máquina era confeccionada em madeira e possuía uma abertura diametralmente maior que o punho cerrado de seu operador. Este fator de

[13] Entrevista realizada com João dos Santos Araújo, em Valente, Bahia, em 2013, por Cassiano F. Nascimento.
[14] Entrevista realizada com João dos Santos Araújo. Ver nota 12.

risco aumentava em proporção ao uso, visto que a boca de alimentação sofria desgaste em razão do contato diário com o ácido oxálico liberado pelas folhas da planta, causando o seu alargamento. Por conta disso, mesmo sem registros precisos, acreditamos não ser um equívoco apontar que desde quando a paraibana passou a ser utilizada, os acidentes tornaram-se frequentes nos campos de sisal.

Desse modo, com a popularização dessa máquina, ao longo das décadas de 1960 e 1970, aliada ao aumento da produção e difusão da lavoura do sisal em mais cidades, o número de acidentes cresceu de forma surpreendente, deixando cerca de mil e duzentos trabalhadores mutilados até a primeira metade dos anos 1980. Este fato gerou preocupação para o Ministério do Trabalho e, sobretudo, para a Previdência Social, em decorrência da concessão de aposentadorias "evitáveis"[15]. Em vista disso, determinou-se que fosse realizada uma pesquisa de campo para apontar as causas dos acidentes e a forma mais viável de impedi-los.

A pesquisa foi realizada pela Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina no Trabalho (FUNDACENTRO), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, entre o final de 1983 e durante quase todo o ano seguinte. A equipe técnica dessa instituição, composta por um engenheiro, um supervisor de segurança e um médico do trabalho, observou detalhadamente o desfibramento nos municípios de Valente e Santaluz, constatando a inexistência de condições de segurança:

> Além do risco de mutilação provocado pelo cilindro de descorticagem da máquina "paraibana", levantamento realizado na maior parte das máquinas em uso evidenciaram o ruído como excessivo aos trabalhadores que executam suas funções durante oito horas diárias de trabalho [...].
> No que se refere à correia de transmissão de força, observou-se total desproteção. Entretanto, considerando que o cilindro de descorticagem constitui o grande responsável pelas mutilações de trabalhadores, resolvemos deter-nos nesse aspecto, relegando-os a plano secundário no presente momento [...] (ROBIN; XAVIER FILHO, 1984: 54).

De acordo com o relatório da FUNDACENTRO, os riscos oferecidos pela paraibana eram preocupantes, levando em consideração uma jornada de trabalho de oito horas diárias. Em longo prazo, o ruído da máquina poderia levar o trabalhador a perder a audição. A correia de transmissão, situada na lateral do motor, também poderia causar acidentes – estes não especificados pela pesquisa. Entretanto, percebemos o caráter de urgência e

[15] Não existem números oficiais sobre a quantidade de trabalhadores que sofreram mutilação no sisal. Assim, trabalhamos com a estimativa da FETAG, alegada à época por seu secretário geral, Aloísio Carneiro. Ver: Tribuna da Luta Operária. *A luta dos homens que o sisal mutilou*. Ano V. Nº 182. 27 ago. a 02 set. 1984, p. 10.

atenção voltada exclusivamente para a mutilação que, afinal, gerava um problema mais imediato: um trabalhador inválido.

A ausência de condições de segurança da "rudimentar" paraibana consistia, em maior grau, no principal causador dos acidentes, mas por si só, não é o suficiente para explicá-los. Estudar a máquina separadamente das condições objetivas em que ocorria o seu manuseio, deixava escapar elementos que contribuíam, consideravelmente, para acrescer o perigo, a exemplo da extensa carga horária do serviço.

Os trabalhadores saíam de suas casas até os campos de sisal logo ao amanhecer do dia, por volta das cinco da manhã. Os cortadores e botadores, rapidamente, iam cumprir suas obrigações, fornecendo palha para que o desfibramento pudesse ser iniciado. Ao final do dia, o pôr do sol impossibilitava a função destes dois, pois não havia iluminação suficiente. Porém, o cevador e o resideiro ainda podiam dar continuidade, o que não raro ocorria, instalando-se um pequeno lampião a querosene na cobertura improvisada do motor. Dessa maneira, enquanto houvesse folhas enfeixadas, o desfibramento podia prosseguir, haja vista que deixá-las para o dia posterior – ainda que frequentemente acontecesse – poderia comprometer a qualidade da fibra.

Dessa forma, muitas vezes a jornada diária se estendia noite adentro. Os movimentos mecânicos e repetitivos levava o cevador à exaustão, deixando-o mais propenso a cometer algum descuido, ocasionando o acidente. Isso, evidentemente, revela a preocupação central dos trabalhadores com os salários: para atingirem a quantia que satisfazia minimamente suas necessidades, submetiam-se a essas longas jornadas, deixando de lado até mesmo o cuidado com a integridade física.

Mais um fator que agravava os riscos do motor era o fato do cevador tentar manter o fluxo de alimentação da máquina o mais contínuo possível. Para conseguir isso, ele usualmente acumulava as fibras extraídas em uma das mãos e só depois de juntar certo volume entregava-as ao resideiro. Estas fibras podiam ser tragadas pelo motor e, devido à rapidez com que se movia o cilindro, não era possível evitar que a mão também o fosse.

A dificuldade e vulnerabilidade, inerentes ao posto de cevador, tornavam mais que necessário um treinamento específico. Porém, a mão de obra do desfibramento não recebia nenhum tipo de qualificação, conforme já mencionamos. Além disso, a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), fundamental nessas circunstâncias, se fazia por iniciativa de cada trabalhador que, de forma rústica, confeccionava-os.

Geralmente, todos os envolvidos no desfibramento usavam várias roupas sobre o corpo, encobrindo os braços, as pernas e o pescoço; usavam chapéu ou boné, calçavam botas e, alguns, utilizavam luvas feitas de câmara de ar de pneu. O cevador vestia-se de

igual modo, porém sempre de luvas e um avental de lona para tentar impedir o contato com as resinas, haja vista que ele era o mais vulnerável a isto.

Todavia, esses EPIs não garantiam a proteção integral dos trabalhadores. As luvas permitiam o contato das mãos com o ácido exalado pelas folhas, provocando sangramento nos dedos e infecção nas unhas. As roupas e tecidos que visavam cobrir todo o corpo não impediam o contato direto com a fibra, causando irritação da pele, principalmente em dias de chuva. O cortador e o botador, ainda que com o corpo inteiramente encoberto, estavam vulneráveis a tê-lo perfurado por espinhos e, no caso das crianças, mais desatentas que os adultos, poderiam ter a visão comprometida. O cevador e o resideiro, por permanecerem todo o tempo próximos ao motor, corriam sério risco de ter perda parcial ou total da audição. Todos esses fatores de risco apontados podiam culminar em acidentes que eram naturalizados, devido à ocorrência diária e por não sustarem o serviço, fazendo com que os corpos dos trabalhadores se submetessem às condições do trabalho. Porém, evidentemente, eles eram bem menos graves que a mutilação, infortúnio pelo qual passaram muitos trabalhadores do sisal.

A experiência do acidente no motor imprimia marcas significativas na memória dos trabalhadores, revelando sentidos trágicos na história da exploração dessa lavoura. João foi um dos cevadores que passou por isso em julho de 1970. Relembrando este episódio, contou-nos o seguinte:

> Imediatamente quando eu sofri o acidente, aí eu vim aqui pra Valente, daqui de Valente aí agora me levaram pra Feira de Santana, pro hospital Dom Pedro de Alcântara e lá foi amputado meu braço. Passei mais doze dias lá e depois eu voltei, enfrentei uma questão com o dono do motor, porquanto ele disse que não tinha sido ele, que eu fui chamado por um cunhado meu que tomava conta do motor dele. Ele disse que não tinha nada a ver comigo não, que tinha sido meu cunhado que tinha me chamado. Mas eu como um bestinha, como um otariozinho besta como eu sou, eu fui peguei um advogado lá, o médico que me operou, doutor Alberto, advogado, eu conversei com ele e ele disse "eu vou te dar teu direito, e tu vai levar, e se ele disser que não tem nada contigo tu volta pra trás que nós acerta tudo aqui". Aí ele me deu o direito como eu podia dar o acordo com ele, quando eu cheguei aqui ele tava com doutor Jatobá, um advogadão que tinha aí, que era o pai deles aí. Mas só que o advogado não deu pra nada e eu prometi a ele, eu digo "olha, só tem uma coisa: vou te botar na justiça em Brasília, pra você saber quanto custa um braço de um homem". O próprio advogado dele disse "você é doido rapaz? Você é doido?". Ele me disse que não tinha direito a nada e na hora apareceu direito por tudo quanto foi lugar, ele teve que me dar um milhão de cruzeiros naquele tempo[16].

[16] Entrevista realizada com João dos Santos Araújo. Ver nota 12.

Nesse período narrado por João, a ocorrência de um acidente com a paraibana implicava um momento tenso por conta da dificuldade em transportar o acidentado, dado que o infortúnio ocorria nos campos de sisal, em locais muitas vezes distante da sede municipal e sem automóveis disponíveis. Em virtude disso, o trajeto até a cidade, comumente, era feito no lombo de animais e, apesar de João não fazer essa referência, é o mais provável que tenha acontecido.

Após ter o braço amputado, o entrevistado ainda teve que enfrentar mais um dos momentos difíceis para o mutilado: a tentativa de receber indenização. Não havia vínculo empregatício estabelecido entre empregador e empregado, como já foi dito, fato que dava a possibilidade para o dono do motor isentar-se da responsabilidade. Além disso, conforme enfatizado no relato de João, o dono do motor tentou se eximir incitando-o a resolver o problema com o cunhado, que certamente não possuía condições de indenizá-lo. Nesse sentido, a entrevista revela uma das estratégias dos grandes proprietários para evitar a obrigação de pagar qualquer indenização aos trabalhadores acidentados, que consistia em ceder o motor para terceiros. Entretanto, no caso de João, a tática não teria surtido o efeito esperado, pois, orientado por um advogado, entoou um discurso "ameaçador": citou a procura por justiça.

Mencionar a busca por reparo via poder judiciário restou como recurso fundamental para João no enfrentamento das relações de poder com o grande proprietário. Porém, ele reconheceu, durante a entrevista, que isso só foi possível porque o motor pertencia a uma pessoa abastada, pois, do contrário, essa história poderia ter sido bem diferente:

> Naquela época tinha muitos que tinha um conhecimento adequado e aí agora fazia um tapeiozinho, dava alguma coisa. Muitos eram tão pobrezinhos que apenas dava despesa e não podia indenizar, mas se ele era um fazendeiro, então a justiça me deu direito. [...] Aí o que aconteceu que muitos deles aqui se acidentava nos motor de sisal, mas o dono do motor não podia indenizar. Ele tinha aquele motor, pagava a renda do campo, pagava despesa de motor, despesa de operário [risos], como é que ia indenizar uma pessoa acidentada[17]?

O relato expressa a complexidade das relações de trabalho estabelecidas entre donos de motor e trabalhadores. O "direito" que João disse ter conseguido, ao mencionar a busca por justiça, foi condicionado à situação financeira do dono do motor. Na sua releitura, talvez, se a paraibana pertencesse de fato ao seu cunhado, como alegou o fazendeiro, ele sequer teria recorrido à indenização. De tal modo que, a própria justiça, se acionada

[17] Entrevista realizada com João dos Santos Araújo. Ver nota 12.

mostraria o valor do seu braço ao fazendeiro, teria uma postura diferente, caso se tratasse de uma pessoa sem recursos. Mas, "se ele era um fazendeiro", a justiça dar-lhe-ia o direito.

Passado esse instante imediato à ocorrência do acidente e a posterior busca por indenização, o mutilado enfrentaria um dilema mais rígido: o trabalho no motor já não garantiria mais a renda de antes. É que o desfibramento era um trabalho incompatível para um sujeito que possuía apenas uma das mãos, pois a remuneração dispensava as horas trabalhadas, exigia produtividade. Mesmo assumindo outras funções mais leves e que podiam ser operadas, apesar da debilidade, como botar palha ou estender fibra, os mutilados tinham sua capacidade produtiva reduzida.

Em todo caso, após o acidentar-se no motor, o trabalhador não poderia jamais ser cevador, como contou-nos Geraldo Santos:

> Rapaz é difícil, né? Porque a gente, quer dizer, sobrevive daquele trabalho, aí você perde a mão e não consegue mais trabalhar em certos trabalhos né? Faz alguma coisinha, mas o cara com uma mão só não vai, não vai dizer assim: quem é que quer empregar o cara? Não quer. Quem é que vai querer um empregado pra fazer qualquer né? Qualquer trabalho pra uma pessoa com uma mão só fica muito difícil, você tem que lutar pra sobreviver de outro jeito. Eu até enquanto não me aposentei me virava de todo jeito: matei porco, matei boi, fiz um bocado de coisa... Pra poder chegar lá[18].

Geraldo Santos, sessenta e seis anos, sofreu o acidente que culminou na amputação de sua mão esquerda antes de completar a idade adulta. Seu relato centraliza a dificuldade que enfrentou diante daquela realidade adversa, a mudança inesperada que teve em sua trajetória de vida. A perda da mão implicava de imediato no desligamento permanente da função de cevador, o melhor remunerado entre os empregados do motor. Nesse sentido, o acidente impossibilitava-o de permanecer na atividade que até então lhe proporcionava contribuir com a renda familiar, obrigando-o a procurar outras vias de sobrevivência. Um caminho que o seu relato frisa não ter sido fácil, pois os empregadores não tinham interesse em contratar um trabalhador debilitado. Num meio em que predominava o trabalho braçal, o indivíduo que possuía apenas uma das mãos tinha que "lutar pra sobreviver" até que conseguisse a aposentadoria por invalidez. O testemunho, desse modo, orienta para as decisões tomadas diante de experiências extremas, escolhas feitas no cotidiano para lidar com as condições apresentadas pela realidade, tal qual é apreendida pelos sujeitos (MONTENEGRO, 2010).

[18] Entrevista realizada com Geraldo Alves dos Santos, em Valente, Bahia, em 2013, por Cassiano F. Nascimento.

Geraldo, posteriormente, aproximou-se do movimento de trabalhadores rurais, vindo a ser eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Valente em 1975[19]. Embora não cite a perda de sua mão como um dos motivos dessa aproximação, isso é bem provável, tendo em vista que, conforme enfatizou, teve que fazer um "bocado de coisa" apesar das limitações, e o cargo de presidente daquela instituição era um dos poucos compatíveis com a sua condição.

Nota-se, assim, que as formas de sobrevivência após o acidente eram variadas. Além disso, elas dependiam fundamentalmente das condições em que se encontraria a família do mutilado depois de ter a renda diminuída. Se, por ventura, a maioria dos integrantes fosse economicamente ativa, certamente não haveria uma grande desestruturação. Este, porém, não foi o caso de João. Natural do município de Queimadas[20], seu único vínculo familiar em Valente, onde residia, se restringia a sua esposa e filhos, estes ainda muito pequenos:

> Rapaz eu não vou mentir não! Eu não vou mentir não, eu tenho que falar a verdade, eu tenho que falar a verdade! Eu me achei numas condições tão difíceis, apesar de eu não ser filho daqui, a minha situação era muito... Muito não financeira, era uma coisa muito de admirar mesmo. Eu olhava pra um canto, eu não podia trabalhar; olhava pra um canto, olhava pra outro, sabe qual foi o recurso que eu adquiri antes de eu me aposentar? Estirar a minha mão para pedir ajuda pra dar pão a meus filhos[21].

Essa pretensão da memória em ser fiel ao passado, além de definir o seu estado veritativo (RICOEUR, 2008), demonstra o quanto ela o marcou de forma significativa. Na construção de sua narrativa, o entrevistado apresenta as condições desfavoráveis em que se encontrou depois do acidente, as quais justificavam a decisão extrema tomada na ocasião: sem fonte de renda e sem conseguir trabalho, restou-lhe virar pedinte para alimentar a si próprio, sua esposa e seus filhos. Essa "verdade" do seu relato, que repetidas vezes alegou, certamente expressa o desconforto que lhe causava ter de reconhecer, diante do entrevistador, que num determinado momento de sua vida, ele, um homem que sempre havia vivido do seu trabalho, do seu suor, se viu obrigado a mendigar para assegurar a sobrevivência.

[19] O STR de Valente foi fundado em 1971 por políticos locais, sem a participação direta dos trabalhadores rurais, fato característico desse período, no qual os militares adotaram uma política de incentivo à filiação nos sindicatos oficiais. Em 1975, os trabalhadores rurais de Valente, organizados nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, formaram uma chapa eleitoral e venceram as eleições no STR.
[20] Município situado na região sisaleira, a aproximadamente 60 km de Valente.
[21] Entrevista realizada com João dos Santos Araújo. Ver nota 12.

Verificamos, assim, que o acidente ocupava o lugar de um divisor de águas na vida dos mutilados, pois assinalava o início de um tempo de grandes dificuldades. O trabalho, que ora garantia a sobrevivência, dava espaço a outras práticas: recorrer aos familiares, fazer "bicos", mendigar, até que conseguissem a aposentadoria por invalidez. Esta última, por sua vez, representava uma nova ruptura, marcando a atenuação da situação enfrentada após o acidente.

Compreender os significados dos acidentes do trabalho no desfibramento, bem como analisar os rumos diferenciados tomados por cada mutilado, contribuem para revelar a complexidade das relações de trabalho nos campos de sisal. O historiador que se "aventurar" nesse passado deve se apoiar numa perspectiva microanalítica, evitando, assim, orientar sua análise por meio de modelos pré-concebidos. Do contrário, pode vir a ser descuidado no trato com as fontes, minimizado as particularidades que as compõem.

O pesquisador, portanto, não deve analisar as relações de trabalho valendo-se de categorias estáticas, sem examinar como ocorriam no cotidiano. Afinal, o objeto só adquire significado histórico ao se estudar as suas práticas, suas relações (MONTENEGRO, 2010). Quanto a isso, o relato de Erenita é bastante significativo; sua análise nos leva a refletir sobre a necessidade de tais cuidados:

> Eu arrumei o meu marido, ele se mutilou no motor de sisal, nós tinha oito meses que namorava e eu não desisti do casamento, eu casei assim mesmo e fui viver mais ele de motor. Eu cortava palha, estendia fibra, ele botava. Mesmo com um braço só, com uma mão só, que tinha o toco do braço, ele botava a palha e a gente sobrevivia do motor [...] que ele recebeu de indenização que ele cortou o braço[22].

A entrevistada contou que, na sua juventude, namorava um rapaz que trabalhava no motor, o qual veio a sofrer mutilação num dos braços. Esse episódio produziu uma marca em sua memória, principalmente, porque se viu frente a um momento delicado, pois teria de fazer uma escolha que definiria os rumos de sua vida: abrir mão daquele relacionamento, ou continuá-lo até casar-se com um rapaz sabendo, de antemão, suas limitações. Optando por seguir com o namoro, casou-se "assim mesmo" e, quanto às dificuldades foram amenizadas, visto que o rapaz recebeu um motor como forma de indenização pelo acidente sofrido.

Nesse sentido, o relato apresenta um elemento complexo e, de certo modo, contraditório nas relações de trabalho nos campos de sisal: o acidentado recebeu como

[22] Entrevista realizada com Erenita Leonícia de Oliveira. Ver nota 5.

indenização o próprio instrumento que o mutilou[23]. Desse modo, após sofrer o acidente que o deslocou para o lugar de trabalhador inválido, vítima das precárias condições do desfibramento do sisal, a indenização recebida o fez ocupar, também, o lugar social de empregador. Além disso, ao contratar sujeitos para operar sua máquina, certamente foram reproduzidas relações de trabalho semelhantes àquelas as quais foi submetido antes do acidente, criando, assim, a possibilidade dele, um mutilado, repetir essa mesma marca num outro trabalhador.

Apesar de todas as adversidades apontadas acerca do trabalho nos campos de sisal, as lutas encampadas pelos trabalhadores, capitaneadas especialmente pelos pequenos produtores, estiveram mais direcionadas à tentativa de conseguir uma melhoria de preço para o sisal, fosse exigindo dos governantes uma política de preço mínimo ou intervindo diretamente no comércio da fibra por meio da batedeira comunitária. Houve ainda grande mobilização para conseguir aposentadoria por invalidez para os mutilados do sisal, movimento que teve seu ápice em 1984, contando com o apoio dos STRs da região sisaleira, da FETAG-BA e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)[24]. Porém, não encontramos significativa no sentido de intervir nas condições de trabalho nos campos de sisal a fim de reduzir os riscos de acidentes, embora essa reivindicação aparecesse quase latente nos movimentos citados.

No que se refere às ações do Estado, a mais notória foi a já citada pesquisa encomendada à FUNDACENTRO que, a partir do conhecimento mais aprofundado das condições em que a fibra do sisal era produzida, resultou na confecção de um dispositivo de segurança para ser implantado na máquina paraibana. Esse dispositivo, feito em aço galvanizado, se acoplado corretamente na boca de alimentação do motor poderia reduzir, segundo a referida fundação, em até oitenta por cento os riscos de acidentes.

Entretanto, mesmo com a publicação da portaria 3.376/85 do Ministério do Trabalho e Emprego que obrigava o uso do dispositivo de segurança, este não foi largamente adotado pelos donos de motor. Além da deficiência na fiscalização por parte do poder

[23] Silva et. al (1993). alega que essa prática de entregar o motor para o mutilado era a forma mais comum de se indenizar um mutilado, fato que foi apontado essa única vez nas entrevistas realizadas. Ver: SILVA, Álvaro L. V. et. al. *APAEB*: uma história de fibra, luta e subsistência. Valente: APAEB, 1993.

[24] O "movimento dos mutilados do sisal" foi realizado para reassegurar aos acidentados no motor o direito a aposentadoria por invalidez, a qual passou a ser negada após uma mudança na legislação previdenciária em 1979. O movimento, que recebeu destaque inclusive em jornais de circulação nacional, como *O Globo*, culminou com a ida de uma comissão dos mutilados até Brasília para conversar diretamente com o então ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho. Ao longo de 1985, ano seguinte ao do referido movimento, os mutilados começaram a ser aposentados.

público, a implantação do dispositivo enfrentou resistência dos próprios trabalhadores, pois reduzia a produtividade e, por consequência, seus salários. Melhorar as condições de trabalho nos campos de sisal, pelo visto, não configura tarefa simples, mas essa é uma história que não cabe aqui.

Considerações finais

O trabalho no motor não proporcionava um bom salário, sobretudo se observadas as precárias condições nas quais ocorria e as extensas jornadas. Porém, permitia aos trabalhadores rurais tivessem uma renda relativamente fixa em detrimento de outras atividades rurais; era atrativa, nesse sentido, e assegurava a sobrevivência de centenas de famílias, especialmente pela sua resistência do sisal à comum escassez de chuva na região sisaleira da Bahia. Desse modo, os sentidos que predominavam associados a essa lavoura eram da importância fundamental para aquela vasta região e, em especial, para a sua "capital", o município de Valente. Para alguns dos seus habitantes, sobretudo os grandes produtores, o sisal era uma planta redentora[25].

Todavia, nos relatos orais de memória analisados ao longo desse artigo, emergiram diferentes facetas desse trabalho, o qual foi nitidamente marcado pelo desrespeito à legislação trabalhista vigente e pela falta de condições de segurança para os trabalhadores. Esses fatores, aliados à negligência do Estado em tomar medidas preventivas, contribuíam para o aumento do número de acidentes[26].

A paraibana, máquina mais utilizada no desfibramento do sisal, era desprovida de qualquer tipo de proteção que impedisse o contato entre as mãos do trabalhador e suas lâminas, conforme constatou a pesquisa realizada pela FUNDACENTRO. Por outro lado, dispunha de uma produção satisfatória e um baixo custo de manutenção, o que tornava outros meios de extração da fibra praticamente inviáveis diante dela. Tais aspectos são característicos das máquinas criadas no século XIX e início do XX, que tinham uma preocupação eminentemente utilitária, ou seja, o foco central dos inventores era com a

[25] Nas narrativas memorialísticas sobre a exploração do sisal é comum encontrar alusão a uma história de redenção. No livro escrito por Nonato Marques há uma compilação de algumas dessas narrativas. Ver: MARQUES, Nonato. *O Sisal na Bahia*. V Convenção Regional do Sisal, Salvador-Bahia, 1978.

[26] Apenas em 1984 a FUNDACENTRO desenvolveu um dispositivo de segurança para a paraibana que supostamente reduzia em até oitenta por cento os riscos de acidente. Ver: FUNDACENTRO. Dispositivo de segurança poderá prevenir graves acidentes na descorticagem do sisal. *Atualidades em prevenção de acidentes*, v. 15, n. 172, abr. 1984.

execução da tarefa, desconsiderando os eventuais riscos que apresentariam no seu manuseio (ARAVANIS, 2005).

Nas entrevistas cedidas por trabalhadores acidentados no motor, pudemos verificar as marcas que o acidente na paraibana produziu em suas memórias. Relatos ainda prenhes de sentimentos e memórias traumáticas, os quais narraram, a partir da ressignificação no presente, como se sentiram na época, desde o fatídico dia do acidente, quando apontaram para as dificuldades nos primeiros socorros e a deficiência no atendimento médico.

Após recuperarem-se do acidente, tinham direito a receber uma indenização. Entretanto, as entrevistas mostraram o quanto esse direito era relativo, condicionado à situação econômica do dono do motor. Nesse sentido, não se indenizava a lesão em si – embora também seja questionável a ideia de que uma alta quantia em dinheiro possa reparar adequadamente a perda de membros do corpo; não era observado o grau da mutilação sofrida e sua relação com a perda da capacidade produtiva do trabalhador. Às vezes, o dono do motor entregava o próprio instrumento de trabalho, ou seja, indenizava o trabalhador acidentado com a paraibana na qual sofrera o infortúnio.

O acidente causava uma ruptura na trajetória de vida do trabalhador. Sem uma das mãos, ele via-se obrigado a abandonar a função de cevador, além de não ter boas perspectivas de conseguir outro emprego devido às suas limitações. Em vista disso, serviam-se de diferentes estratégias para sobreviverem, exercendo quaisquer atividades que encontravam, dependendo sobremaneira da renda familiar e, nos casos mais extremos, vivendo como pedintes. Todas essas práticas foram narradas pelos entrevistados como fundamentais no intervalo que antecedia a concessão da aposentadoria por invalidez, a qual amenizava as dificuldades que vivenciavam.

Num sistema de pagamento por produção, no qual a mão de obra tinha um baixo valor, os próprios trabalhadores do sisal tinham que se submeter por “escolha” própria a exaustivas jornadas de trabalho, usar EPIs improvisados, manusear uma máquina rudimentar e a alimentar-se precariamente; exerciam sua “liberdade” – como assinalou João – e, com isso, expunham-se aos riscos cotidianamente. Assim, o discurso que concebia o sisal como uma planta “redentora” parecia não ter sido válido para os trabalhadores do motor que, conforme as experiências pelas quais passaram, produziram diferentes sentidos e significados.

Referências

ARAVANIS, Evangelina. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890 a 1917)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIXO, Alessandra Alexandre. *Entre a valentia do boi e as fibras do sisal*: narrativas e imagens de velhos agricultores sobre seu ambiente. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de janeiro, 2010.

FUNDACENTRO. Dispositivo de segurança poderá prevenir graves acidentes na descorticagem do sisal. *Atualidades em prevenção de acidentes*, v. 15, n. 172, abr. 1984.

MARQUES, Nonato. *O Sisal na Bahia*. V Convenção Regional do Sisal, Salvador-Bahia, 1978.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. *Entre o capa verde e a redenção*: a cultura do trabalho com o agave nos Cariris Velhos (1937-1966). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

RAMOS FILHO, José. Sisal. *Sua história entre nós*. Valente/Bahia. 1965.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

ROBIN, P.; XAVIER FILHO, F. Implantação de dispositivo de proteção em máquina de descorticagem do sisal. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. v. 12, n. 48, out. a dez., 1984, p. 54.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro et. al. *A precarização do trabalho rural no processo produtivo do sisal: a informalidade e o silêncio dos inocentes*. XI Jornada do Trabalho, João Pessoa, 2010.

SILVA et. al, *APAEB*: uma história de fibra, luta e subsistência. Valente: APAEB, 1993.

Recebido: 06/03/2016

Aceito: 20/06/2016